

MSL MINERAIS S.A.

CNPJ Nº 04.788.972/0001-43

	2010	2009	Remuneração CDI (%)
Contas correntes bancárias	26	16	
Aplicações financeiras	31.732	30.154	100 a 103,7
	31.758	30.170	

As aplicações financeiras estão custodiadas no HSBC Bank S.A. e Banco Bradesco e estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Debêntures, com taxas de rendimento indexadas ao CDI. O montante de R\$ 2.923 (2010 – R\$ 2.824) referente ao rendimento das aplicações financeiras foi reconhecido em “Receitas Financeiras”.

7. Impostos e contribuições sociais

(a) Impostos a recuperar

	2010	2009
Imposto de renda retido na fonte	2.065	2.420
Imposto de renda e contribuição social a compensar	822	976
	2.887	3.396
	(1.100)	(2.913)
Circulante	1.787	483
Não circulante		

(b) Provisão para imposto de renda e contribuição social Os lucros auferidos até o exercício social de 2000 na operação de bauxita calcinada, como definido na legislação tributária, eram isentos do pagamento do imposto de renda, o qual foi utilizado para a constituição da Reserva de capital - subvenção para investimentos.

A Companhia depositou judicialmente os montantes de imposto de renda e contribuição social devidos sobre os lucros auferidos pela controlada no exterior. Ao mesmo tempo, foi constituída provisão para contingências para cobrir os valores envolvidos no referido questionamento. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os valores envolvidos são de R\$ 435 para o imposto de renda e de R\$ 271 para a contribuição social (Nota 12).

(c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.258	2.258	2.203	2.203
Alíquotas nominais	25%	9%	25%	9%
	(565)	(203)	(551)	(198)

Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos:

Constituição (reversão) de provisão para passivo a descoberto de controlada	1	-	16	5
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa	192	60	178	64
IRPJ e CSLL apurados	(372)	(143)	(357)	(129)
Corrente	(372)	(143)	(357)	(129)
IRPJ e CSLL no resultado	(372)	(143)	(357)	(129)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía prejuízos fiscais (não auditados) de R\$ 9.872 (R\$ 10.551 em 2009) e base negativa de contribuição social (não auditados) de R\$ 7.856 (R\$ 8.534 em 2009). Os correspondentes créditos fiscais não estão refletidos contabilmente em virtude de, atualmente, a Companhia não apresentar expectativa razoável de resultados tributáveis futuros em montante suficiente para compensação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa.

8. Provisão para passivo a descoberto de controlada

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o investimento da Companhia na MSL Overseas Ltd.é como segue:

	2010	2009
Informações da controlada		
Quotas possuídas	12.000	12.000
Participação no capital social (%)	100	100
Passivo a descoberto	(395)	(391)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(5)	62
Movimentação da provisão para passivo a descoberto de controlada		
No início do exercício	391	453
Constituição (reversão) de provisão para passivo a descoberto de Controlada	4	(62)
No final do exercício	395	391

9. Imobilizado

	2010	2009
Edifícios e outras construções	9.283	9.283
Máquinas e equipamentos	18.764	18.764
Outros (inclui direitos de lavra)	3.831	3.831
	31.878	31.878
Depreciação acumulada	(31.878)	(31.878)

As terras onde estão localizadas as reservas de bauxita são de propriedade de terceiros, tendo a Companhia o direito de lavra reconhecido e assegurado pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais - DNPM, conforme a legislação em vigor. Em função do encerramento das atividades da Companhia, ocorrido no exercício de 2003 (Nota 1), a depreciação e exaustão dos bens que compõem o imobilizado foram aceleradas, modificando-se assim suas taxas de depreciação e exaustão, para que os mesmos estivessem totalmente depreciados.

10. Transações e saldos com partes relacionadas

	2010	2009
Resultado		
Despesas administrativas – CADAM S.A.	370	360
	370	360

Essas operações correspondem a despesas de serviços de contabilidade, consultoria tributária e outras despesas administrativas, que foram realizadas a preços e condições estabelecidos entre as partes.

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital está representado por 248.511.911 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 37.000.000 pertencem a acionista domiciliado no exterior.

(b) Reserva de lucros – Reserva Legal

Reserva constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

(c) Dividendos

Conforme o estatuto social, no mínimo 25% do lucro líquido, ajustado pelas disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações da Lei nº 10.303/2001, é destinado aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório.

12. Contingências

Os processos fiscais e judiciais foram avaliados em conjunto com consultores jurídicos, sendo constituída provisão quando a expectativa de perda foi considerada provável.

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia constituiu provisão para contingências referente a imposto de renda e contribuição social devidos sobre lucros auferidos pela controlada no exterior, no montante de R\$ 435 e R\$ 271, respectivamente, que encontram-se integralmente depositados judicialmente, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Con- tin- gên- cias	Depó- sitos judiciais	Saldo lí- quido	Con- tin- gên- cias	Depó- sitos judiciais	Saldo lí- quido
Imposto de Renda	435	(435)	-	435	(435)	-
Contribuição Social	271	(271)	-	271	(271)	-
	<u>706</u>	<u>(706)</u>	<u>-</u>	<u>706</u>	<u>(706)</u>	<u>-</u>

(b) ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

A Companhia é parte em processo administrativo junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Pará referente à cobrança de ICMS correspondente ao exercício de 2005 no montante de R\$ 6.693, mesmo período em que a Companhia efetuou adesão à anistia da cobrança do débito conforme convênio do ICMS 91/2005. Os advogados consideram a probabilidade de êxito nesta demanda possível, motivo pelo qual a Companhia não mantém provisão passiva para fazer face a eventual perda do pleito.

A Companhia também é parte envolvida em execução fiscal junto à Secretaria da Fazenda referente a suposto crédito de ICMS cobrado em auto de infração lavrado no exercício de 1993. Atualmente, após o encerramento do processo administrativo, a Companhia impetrou mandato de segurança, o qual até o presente momento está aguardando um pronunciamento definitivo pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. O montante envolvido corresponde a R\$ 5.853 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 5.564 em 2009), onde a administração, juntamente com seus consultores jurídicos, entende que a expectativa de êxito é considerada possível, dessa forma não efetuando provisão para o devido processo.

13. Despesas por natureza

	31/12/2010	31/12/2009
Contingências judiciais	-	(13)
Despesas de publicação	(67)	(15)
Consultoria e assistência técnica	(123)	(72)
Óleo diesel	(9)	(22)
Segurança	(135)	(104)
Despesas diversas	(372)	(276)
	(706)	(502)

14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não manter esses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Juan Franco Merlini
Diretor Superintendente

Marcelo Tertuliano Melo
Diretor

Angela Maria Cardoso do Nascimento
CRC nº 10364/O-7 – PA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

MSL Minerais S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MSL Minerais S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria

inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía saldo de ICMS a recolher no montante de R\$ 264 mil, classificado na rubrica “Demais Tributos a Recolher”, composto por ICMS a recuperar e ICMS a recolher, nos montantes de R\$ 4.400 mil e R\$ 4.664 mil, respectivamente (2009 – R\$ 4.400 mil e R\$ 4.664 mil, respectivamente). A administração da Companhia não dispõe de análise e composição dos referidos saldos, com o que não foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos saldos dessas contas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Consequentemente, em decorrência dessa limitação no alcance dos nossos trabalhos, não foi praticável determinar a necessidade de eventual ajuste nas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MSL Minerais S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 4 de julho de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” PA

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-8 “S” PA